



prefeitura de
PORTO ALEGRE

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA

**COMISSÃO MISTA DE REAVALIAÇÃO DE INFORMAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL - DTP/SMTC
DECISÃO ADMINISTRATIVA**

Decisão nº 53 / 2021 CMRI

Porto Alegre, 26 de outubro de 2021.

Recurso nº 003955-21-02

Recorrente: M. R. L.

Órgão Requerido: Corregedoria-Geral do Município - SMTC

Relator: Diretoria-Geral de Gestão de Pessoas - Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão - SMPG

1. Relatório

1.1 Resumo do pedido original

Solicita o requerente informações quanto aos encaminhamentos dados em relação à denúncia apresentada para a Corregedoria-Geral do Município no Processo SEI 21.0.000033823-8.

1.2 Razões do órgão/entidade requerida

A CGMUNI-SMTC informou o retorno do DMLU (15831203) referente ao processo SEI sigiloso 21.0.000033823-8, contendo inclusive a manifestação original da COOTRAVIPA (15831212).

1.3 Razões do recorrente

O recorrente, irredimido com as informações apresentadas, contestou as informações e apresentou sua versão dos fatos com relação à denúncia apresentada.

2. Análise de admissibilidade do recurso

O recurso foi interposto dentro do prazo legal de 10 dias da ciência da decisão, sendo dessa forma tempestivo e o requerente é parte legítima para recorrer e solicitar reexame da matéria.

3. Análise do mérito

O Decreto [19.990/2018](#) regulamenta, no âmbito da Administração Pública Municipal, a Lei Federal nº [12.527/2011](#), que regula o acesso a informações previsto no inc. XXXIII do art. 5º, no inc. II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da [Constituição Federal](#) e cria a Comissão Mista de Reavaliação de Informações da Administração Pública Municipal (CMRI), definindo as atribuições e o funcionamento da mesma.

O artigo 2º do Decreto supra citado define que sua aplicação se estende, no que couber, "às entidades privadas sem fins

lucrativos que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos diretamente do orçamento ou mediante auxílios, subvenções sociais, contratos de gestão, termos de parceria, convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres", razão pela qual entendemos pertinente que as informações prestadas pela Entidade Privada envolvida na denúncia sejam juntadas ao presente expediente.

Quanto às competências da CMRI, elencadas nos incisos do artigo 25 do Decreto 19.990/2018, destacamos o seguinte: *"III - avaliar recurso do interessado que, após o reexame pela autoridade máxima do órgão ou entidade **que negou preliminarmente o acesso à informação, não obteve êxito em sua solicitação**, sendo mantida a decisão impugnada, na forma do § 1º do art. 24 deste Decreto"* (grifo nosso). Ou seja, a função da CMRI é avaliar a pertinência da negativa do acesso à informação, não o seu mérito. No caso em análise, a competência de avaliar se as informações prestadas pelo DMLU e pela COOTRAVIPA são suficientes ante a denúncia apresentada (Processo SEI 21.0.000033823-8), são da Corregedoria-Geral do Município (CGMUNI-SMTC) e não desta CMRI, já que não houve negativa do órgão em prestar as informações, tanto que as mesmas foram objeto de contestação do Recorrente, inconformado com o seu conteúdo.

Em função do acima exposto, esta CMRI decide que não houve impedimento de acesso à informação do Requerente perante a denúncia apresentada no Processo sigiloso SEI 21.0.000033823-8.

4. Decisão

A Comissão Mista de Reavaliação de Informações, por unanimidade dos presentes, decide por não conhecer o recurso por ser alheio às competências desta CMRI e encaminhar o mesmo à Corregedoria-Geral do Município (CGMUNI-SMTC) para análise e manifestação.

5. Providências

À Secretaria-Executiva da CMRI para cientificação do recorrente, da presente Decisão.

De acordo:

Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio – **SMAP**
Diretoria-Geral de Gestão de Pessoas

Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio – **SMAP**
Coordenação de Gestão Documental

Secretaria Municipal de Transparência e Controladoria – **SMTC**

Secretaria de Governança Local e Coordenação Política - **SMGOV**

Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre - **PROCEMPA**

Procuradoria Geral do Município – **PGM**

Gabinete do Prefeito – **GP**

Recurso CMRI nº 003955-21-02



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Garcia Brock, Técnico Responsável**, em 26/10/2021, às 14:34, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Simone Vicari Tarasconi, Técnico Responsável**, em 26/10/2021, às 14:34, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Camila Lacerda Couto, Técnico Responsável**, em 26/10/2021, às 14:34, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Vinicius Andrade da Silveira, Servidor Público**, em 26/10/2021, às 14:34, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Marco Antônio Trisch Mendonça, Servidor Público**, em 26/10/2021, às 14:34, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Decio Schwelm Vidal, Servidor Público**, em 26/10/2021, às 14:34, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.procempa.com.br/autenticidade/seipmpa> informando o código verificador **15836662** e o código CRC **B963A38E**.